



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



13

Discurso na reunião com Governadores sobre o Programa de Assistência aos estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano

GRANJA DO TORTO, BRASÍLIA, DF, 28 DE JULHO DE 2000

Senhores Governadores, Senhores Ministros, Senhoras e Senhores,

Quero, ao cumprimentá-los, agradecer a presença dos senhores aqui, especialmente dos senhores governadores. O governador de Pernambuco não pôde comparecer, mas mandou seu secretário. Da mesma maneira, a governadora Roseana Sarney me telefonou e pediu que o Dr. Jorge Murad estivesse aqui presente – e está – e o Governador Jair Bolsonaro Vasconcelos me explicou as razões pelas quais não poderia vir, mas também está aqui representado. De modo que os 14 estados que nós pedimos que estivessem aqui presentes, hoje, estão aqui representados.

Pediria que, agora, se deslocasse a câmera, para eu poder ter os *talking points* aí. E que se apaguem as luzes, porque vamos ter algumas projeções.

Antes de mais nada, eu queria lhes dizer que o empenho do Governo Federal, neste momento, está todo voltado ao aproveitamento da oportunidade que temos, diante do fato de que, depois de muita luta, conseguimos repor o Brasil no caminho do crescimento. E, com todas as dificuldades que ocorreram – não preciso referir-me mais a elas por-

que são do conhecimento de todos – nos anos recentes, creio que este povo brasileiro é um grande povo, porque foi capaz de entender as dificuldades e ajudar o País a sair delas.

Hoje, já estamos com o convencimento de que teremos taxa de crescimento de um piso de 4% ao ano. Estamos com a recuperação do emprego ainda lenta mas consistente. Estamos assistindo, por consequência, ao começo do aumento da massa salarial, o que é fundamental para que as pessoas possam sentir os efeitos das transformações ocorridas e possa haver um maior bem-estar nas famílias brasileiras. Diante disso, o Governo Federal tem, agora, a obrigação de ajudar a acelerar a melhoria de condições de vida das populações mais pobres do País.

Eu me recordo de que quando fiz os meus compromissos iniciais perante o público brasileiro, como candidato, ainda em 94, usava uma frase que está aí repetida: “O Brasil não é um país pobre, é um país injusto”. E isso é verdadeiro. Hoje, já temos condições suficientes e recursos para encararmos a questão da pobreza, a questão da injustiça, a questão da exclusão com mais determinação.

O Pnud, que é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, diz que a erradicação da pobreza pode parecer uma ambição extraordinária, mas está ao nosso alcance. Não sei se isso é verdadeiro para todas as partes do mundo, nem para todos os países, mas para o nosso é. Não por um passe de mágica, não por um milagre ou uma farsa que engane os outros, mas pelo trabalho consistente, orientado, focalizado. E, sobretudo, por uma visão que não seja imediatista.

Os programas que desencadeamos, e quando digo nós eu me refiro a todos nós, não me refiro apenas ao Governo Federal, porque, com a descentralização que foi promovida no Brasil, hoje a responsabilidade é solidária: federal, estadual e municipal. E os recursos são em grande parte, também, repassados.

Na verdade, se todos nos embuirmos dessa responsabilidade que temos, e com os programas que estamos desencadeando, vê-se, já, que os resultados começam a surgir.

Basta olhar esse dado, que é um dado interessante. O IDH toda a gente sabe o que é: é o Índice de Desenvolvimento Humano, que é feito sob o patrocínio das Nações Unidas, do Pnud, e que tem a colaboração ativa do Ipea e de alguns órgãos estaduais como a Fundação João Pinheiro, de Minas, até mesmo na sua reformulação e no seu aperfeiçoamento, para chegar ao nível municipal.

É interessante a evolução desse índice, que foi calculado, aqui, pelas organizações que já mencionei, e permitiu que tivéssemos uma visão de mais longo prazo. De 1975 a 98, que é o último dado aí apresentado, houve um aumento contínuo, uma evolução seguida do Índice de Desenvolvimento Humano, que passa de 0,63 para 0,74.

Para os que não são afeitos a esse tipo de numerologia, pode parecer que é pequena essa evolução. Na verdade, isso permitiu que o Brasil mudasse de categoria de país. Eu não sei se existe aí outro gráfico que poderia mostrar isso com mais clareza. Existe?

Bom, mas de qualquer maneira o que quero lhes dizer é que vai aparecer mais adiante, e vocês vão ver que o Brasil está se aproximando dos países que já têm condição de chegar ao Índice de Desenvolvimento Humano aceitável, de melhor qualidade. Estamos em desenvolvimento humano médio e nos aproximando dos países de índice de desenvolvimento humano de grau mais avançado.

Esse índice é composto de umas medidas que são simples, e são, na verdade, basicamente, a distribuição de renda *per capita*. Perdão, a divisão de renda *per capita*, a questão relativa à educação. E, na educação, basicamente a taxa de alfabetização e a matrícula combinada nos três níveis, o nível básico, primário, secundário e depois nível superior. E, na saúde, um indicador de esperança de vida.

A combinação de renda, esperança de vida, taxa de alfabetização e matrículas combinadas nos três níveis é o que dá a mensuração do Índice de Desenvolvimento Humano. Isso é muito importante, porque não estamos apenas considerando a distribuição de renda *per capita*, porque é o indicador que até colocaria o Brasil em posição melhor, mas ele falseia, porque a distribuição de renda pode esconder, ou melhor, a renda *per capita* pode esconder a concentração de

renda. E o país pode ter uma renda muito elevada mas muito concentrada. Então, esse índice *per capita* é abstrato. Enquanto que este, não. Porque este mede a qualidade de vida da população.

Por que chegamos a ter esse desempenho? É de ver-se que nós o aceleramos de 95 para cá, ou melhor, de 94 para cá, mas seria fácil de lhes mostrar que houve dois momentos em que o desempenho cresce mais acentuadamente no Brasil. Três, aliás. Nos anos 70, quando houve uma forte taxa de crescimento da economia. Nos anos 80, no momento do Plano Cruzado. E, depois, no Plano Real. Com a diferença de que o Plano Real manteve a estabilidade da renda, mesmo quando a perda foi modesta em comparação com outros momentos. Então, houve essa evolução. Mas essa evolução se traduziu em programas concretos.

Aqui já se vê a proporção de jovens de 15 a 17 anos, que estão freqüentando o Ensino Médio. Nós, aí, estamos fazendo uma extração mostrando o seguinte: a média nacional, como é que é? Onde é que ela está? É a linha azul, observada até agora. Até 99 – a linha do meio – houve um aumento muito grande da proporção de jovens que estão no Ensino Médio. Passamos em 93, veja, em 83 eram 13,34% dos jovens que estavam no Ensino Médio – depois, em 93 –, já vamos passar para 30,67. Em 99, já vamos para 42,06. Bom, isso foi o observado até agora.

Aquela linha em marrom, o que nós vemos lá, são as regiões do Brasil de pior desempenho. E a marrom mais escuro é de melhor desempenho. Ou seja, este aqui é de pior desempenho. E, aqui em cima, de melhor desempenho. Isso aqui é a média brasileira. Qual é a nossa proposta? Vamos olhar para o horizonte daqui até o ano 2010 e, supondo a taxa de aceleração que nós obtivemos nos últimos cinco anos, o que poderá acontecer até 2010? De que forma? Não intensificando a freqüência apenas nos estados e nas regiões onde o desempenho é melhor, mas distribuindo melhor os recursos para que também aqueles estados e regiões, onde o desempenho vêm sendo pior, possam crescer mais depressa. De tal maneira que haja uma espécie de convergência das linhas entre os estados de maior desempenho e de pior desempe-

nho, e tendo como a média o resultado que está lá, visto, de 61% freqüentando escolas.

Insisto na importância do que estou dizendo. Não se trata, apenas, de que modo nós queremos que o Brasil cresça mais. Queremos. Mas queremos que esse crescimento se realize aumentando a igualdade entre as regiões do Brasil. Esse programa está acelerando o desempenho nas regiões de pior desempenho. Esse programa que nós vamos discutir, hoje, aqui, que vamos propor aos Senhores, têm esse objetivo, tem essa finalidade, tem essa filosofia. Ele está todo orientado na direção de fazer com que o Brasil melhore, mas não abstratamente numa média, senão que ele melhore fazendo com que haja uma menor desigualdade, disparidade de crescimento. Pode passar para o outro quadro.

Aí, é a mesma coisa no que diz respeito à proporção dos jovens, que são analfabetos de 18 a 24 anos. É fácil verificar. Não preciso estar repetindo porque nosso objetivo é chegar a 2010 reduzindo, drasticamente, o analfabetismo a menos de 2%. Já conseguimos reduzi-lo, em 1999, a 5,39%. E, nos estados de melhor desempenho, a 1, 40%, havendo estados no Brasil que estão abaixo de 1% de analfabetismo em jovens de 18 a 24 anos. Mas é verdade, também, que ainda há estados onde temos 19,78%. Portanto, precisamos, efetivamente, de políticas que sejam compensatórias para esses estados, de tal forma que possamos chegar ao ano 2010 com uma redução forte da taxa de analfabetismo e com uma diminuição mais forte na taxa de desigualdade.

Aqui, temos o indicador de mortalidade infantil. Nós conseguimos reduzir, vê-se ali, de 93 a 99, na média 1,84% nos estados de pior desempenho 2,49% e, nos melhores de 1,17%. E o objetivo é o mesmo. Este outro é mãe que teve filho que morreu no último ano. É um outro indicador. Esse é o mais sensível para ver, e se pode medir a cada ano. A mãe teve o filho, morreu ou não morreu no decorrer de um ano. É um indicador mais afinado – o Governador Almir Gabriel, que é médico, já assentiu – de modo que já me sinto mais seguro com esse indicador. Na verdade, ele é médico cirurgião de coração e não tem nada a ver com nascimento. Às vezes tem, não é, Governador?

A renda familiar *per capita*. Esse é um dado mais conhecido, o indicador é mais conhecido. Aqui nós temos: de 1983 até 1999, observado o que já aconteceu, lá é o projetado. A mesma coisa, nós estamos aí buscando o mesmo tipo de aproximação. Vê-se perfeitamente que, de 93 para 99, mesmo nos estados de pior desempenho, que são esses aí, de baixo, houve uma aceleração grande. Vê-se que, de 1983 a 1993, a renda *per capita* sofreu uma elevação muito pequena e houve uma aceleração muito grande a partir do real e, supondo essa mesma aceleração e fazendo programas para que ela se distribua melhor, o resultado será o que estamos vendo lá, mais adiante.

Olha, isso é a proporção de indigentes, de acordo com a definição de indigente que, no nosso caso, é aproximadamente igual ao critério adotado pelo Banco Mundial. O Ministro Malan me passou, ainda ontem, uns dados sobre o Banco Mundial e o critério é, basicamente, o mesmo. Vê-se, também, que houve uma redução, de 83 para 93, pequena, mas houve uma aceleração grande na proporção de indigentes, de 93 para 99; na média nacional, isso é observado. E o que vimos na linha em vermelho, que segue a azul, é o que nós esperamos, à condição de mantermos as taxas de crescimento e as políticas compensatórias que estamos mencionando aqui, ou que mencionaremos mais adiante.

E vê-se, também, que aí é natural que, nos estados que têm o pior desempenho, é onde nós devemos obter uma redução mais forte nessa proporção de indigentes porque, também, é lá que se concentra o maior número de indigentes.

Bom, antes de comentar o significado desse mapa, que é óbvio, aliás, é preciso dizer o seguinte: não podemos, portanto, a partir dos dados que mencionei – mencionei só alguns para não cansá-los, porque são conhecidos – imaginar que o problema da melhoria de condição de vida da população, da qualidade de vida, da vontade nacional que hoje existe, de dizer não à exclusão social, tolerância zero à exclusão social, pode ser olhado apenas da perspectiva do crescimento econômico.

O Governador Tasso Jereissati mostrou um dado importante: é preciso que esses crescimentos sejam considerados, a renda *per capita*

seja considerada. E que se veja que se não houver o crescimento dessa renda, nos estados de desenvolvimento relativo menor, não haverá, também, possibilidade de um desenvolvimento consistente.

Mas é muito importante nós termos a capacidade de definir políticas sociais e de sermos capazes de focalizar essas políticas sociais, para atingir aqueles que são, realmente, os verdadeiramente mais pobres. Isto é fundamental. Os dados que mostramos aí são bastante elucidativos nessa direção.

Pois bem, tomamos, no Brasil todo, os indicadores relativos ao IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, e verificamos quais são os estados que têm o IDH inferior à média do Brasil. São os estados que estão aí, representados no mapa e que são aqueles cujos Senhores Governadores aqui estão presentes. São esses estados.

Houve uma modificação recente, nos critérios feitos pelo Pnud, e antes eram 12, agora, são 14 estados que são considerados como um desenvolvimento humano menor do que a mediana do Brasil. Isto não quer dizer que no resto do Brasil não haja microrregiões nessa situação, também, e onde o desenvolvimento humano seja menor e que, portanto, necessitem do nosso apoio. E nós o faremos.

Para que se evitem críticas apressadas, o que o Governo Federal vai propor agora é, também, olhar nos outros estados. Vou citar uma região do meu estado, que é o Estado de São Paulo, que, seguramente, é um dos que têm melhor desenvolvimento humano. A região do Vale da Ribeira, não sei se ela não está abaixo da mediana do Brasil, deve estar, ou o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Ou no Amazonas, onde há várias microrregiões em que isso ocorre. No Rio Grande do Sul, o mesmo.

Enfim, vamos ter que avançar mais. Isso aqui é uma primeira aproximação, para enfrentar a questão. Mas, ao mencionar alguns programas que mencionaremos esta manhã, com os senhores, não estaremos excluindo outras microrregiões, de outros estados, de uma atenção especial do Governo Federal. Devo dizer, também, que já existem programas, sobretudo o chamado Comunidade Ativa, que é um programa muito importante, que vai continuar tendo todo o meu apoio, porque é um programa que faz com que a pró-

pria comunidade refaça as suas condutas. E esse Comunidade Ativa está muito presente, sobretudo, por exemplo, no Vale do Jequitinhonha, e em muitas regiões amazônicas e assim por diante.

Não obstante, se olharmos aqueles 14 estados já apresentados aqui, são estados que têm essa população. Portanto, eles correspondem, basicamente, a um terço da população nacional, 53 milhões e algo mais de habitantes, sobre quase 160 milhões de habitantes. Vamos nos concentrar, nesse primeiro movimento que estamos fazendo aqui, nessas regiões.

Reitero: isso não quer dizer paralisar os outros programas. Isso não quer dizer que só tenhamos esses programas. O Governo Federal tem muitos programas. Os governos estaduais têm outros tantos. Os municipais também. Mas, aqui, é um esforço de cooperação, de união, para termos um Brasil mais justo. E, nesse esforço de união por um Brasil mais justo, achamos que é preciso focar, de uma maneira decidida, a questão da pobreza.

Recentemente, esteve aqui o Doutor Amartya Sen, que é Prêmio Nobel de Economia do ano passado. Nós o condecoramos. E o Doutor Amartya Sen é um dos maiores especialistas em matéria de distribuição de riqueza e pobreza. Ele, aliás, foi um dos inspiradores dessa formulação do IDH nas Nações Unidas. Ele publicou vários livros, um foi recentemente lançado aqui. E ele insiste no fato de que seria um grave erro pensar a questão da pobreza apenas em termos de dinheiro. E seria o equivalente, pensar a questão da pobreza em termos de assistencialismo. O que é preciso é dar dignidade. E é preciso que as pessoas tenham liberdade, é preciso que elas possam escolher, para que elas tenham crença nas próprias.

Então, temos que ter muito presentes os nossos esforços. Isso. Nós não queremos fazer programas que sejam paternalistas. Nós sabemos das dificuldades, mas queremos programas que resultem em que o indivíduo se sinta parte da comunidade, ativo. E, portanto, reivindicante. Que dê dor de cabeça a nós, para que reaja, pressione. Bom, certamente para que isso acorra algumas condições são fundamentais. Uma é a educação, outra é saúde, para me referir às mais

elementares, que são pré-condições para que possa existir uma cidadania saudável.

Já estamos trabalhando nisso há muito tempo. Nós todos. Não só eu. O Fundef é um exemplo disso, de uma preocupação clara de todos nós com a questão da educação. O PAB na questão do piso de assistência básica da saúde é um outro exemplo disso. Os programas de assentamento rural, de reforma agrária.

Quer dizer, não estamos começando agora, nem se está pedindo que haja essa reunião por alguma outra razão, senão porque estamos há meses trabalhando com os Senhores Governadores. Muitos já vieram aqui, até por demanda dos Senhores Governadores para reduzir as diferenças regionais do Brasil, as diferenças dos estados. São meses de trabalho. Isso aqui não é, não estamos apresentando propostas que nasceram ontem, ou que nasceram há um mês. Não. Há vários meses estamos debruçados sobre propostas que visem focalizar realmente o problema, definir programas, não muitos, para que não haja dispersão e, principalmente, para financiar esses programas, de tal maneira que eles possam existir. E para que nós tenhamos uma forma de gestão que seja a garantia de que eles vão ocorrer.

O objetivo, portanto, é ampliar a questão da educação básica, e tratar da saúde da família, o saneamento básico e a oportunidade de trabalho e de renda. Porque esses são, se pudéssemos resumir ao mais essencial, o que é fundamental para mudar a condição de vida, a qualidade, para melhorar a condição de vida de um povo que está necessitado disso, são esses os, digamos, os vetores fundamentais.

Bem, na questão de distribuição de recursos para essas questões fundamentais – depois, a Dra. Wanda Engel vai definir com mais detalhe o que eu estou dizendo aqui – nós estamos prevendo que no Orçamento Geral da União e no Plano Plurianual, no ano 2000, nós teremos 1 bilhão e 134 milhões. Digamos, para 2 bilhões e 400, 2 bilhões e 700, um total de 2 bilhões e 321 milhões de reais, que é o que nós estamos orçando estes programas.

Devo dizer que essa é uma parte dos programas do Governo Federal. Por exemplo, temos o maior programa de renda mínima que exis-

te hoje, no Brasil: é o programa da aposentadoria rural. Só no Nordeste e Norte, nós temos, nós arrecadamos 4 bilhões e distribuímos 13 bilhões. Portanto, é uma transferência líquida de 8 bilhões e 400 milhões de reais.

A mesma coisa se nós olhamos a Lei Orgânica da Assistência Social. Arrecadamos 700 milhões e passamos 6 bilhões e 605 milhões de reais para esses estados.

Já existem, portanto, esforços que são medidos em algumas centenas, bilhões de reais que são programas de distribuição direta de recursos. A maior transferência de renda que existe nesses programas brasileiros é através destes dois programas: a Loas e a questão da Previdência Rural.

Claro que se nós acrescentarmos a isso outros programas – e vamos mencionar daqui a pouco, como o Bolsa Escola e assim por diante. Vamos ver que já existe, não se está começando da estaca zero. É por isso que o IDH cresceu, só para dar um exemplo, talvez até fora do momento. Só de Bolsa Escola, aqui no Distrito Federal, houve um esforço, foram distribuídas 25 mil bolsas-escola.

O Governo Federal distribui, nesse momento, através do Ministério da Educação e com os municípios (não é um programa isolado), 1 milhão e 800 mil de bolsas. Poucas pessoas, no Brasil, sabem disso. São 1 milhão e 800 mil. Ouvi muitos elogios, e também faço, ao programa aqui do Distrito Federal. Ouvi muito elogio, e também faço, ao programa que foi feito em Campinas, que foi o pioneiro dessa matéria. Mas as proporções eram de milhares. Nós estamos distribuindo já 1 milhão e 800 mil bolsas-escola. Portanto, existe já um programa em marcha de redistribuição de recursos. O que temos é que acelerar. E, melhor, acelerar mas dar foco, fazer com que os recursos cheguem a quem precisa realmente, aos mais pobres realmente. E vamos, portanto, que ter que avaliar mais e mais esses programas.

Pois bem, é com esse mesmo espírito que estamos, aqui, nessa proposta de alocação de recursos. A proporção corresponderia a um total de 6 bilhões e 300 milhões do Governo Federal, 1 bilhão dos estados. Agora, aprovado o Fundo de Combate à Pobreza pelo

Congresso, teríamos mais 4 bilhões a ser destinados apenas a esses programas que vão ser discutidos esta manhã. Um total de 11 bilhões em 3 anos. Trata-se, portanto, de um esforço considerável, de um esforço de magnitude: 11 bilhões de reais em 3 anos.

Bom, já mencionei que precisamos, para ter resultados efetivos de um gerenciamento intensivo, focalização das ações, prioridades para os municípios mais carentes e compromissos com resultados. Depois, vou mostrar o que quero dizer com esses compromissos com resultados.

Nosso objetivo global é, portanto, elevar as condições de vida dos brasileiros nesses 14 estados. Aí, a meta é simples: todas as crianças na escola. Dei os dados que mostram que estamos próximos disso. Todas as crianças na escola. Toda escola com água e luz. Pode parecer, aos mais sofisticados, que esse é um objetivo pequeno, mas os que conhecem a vida, os que conhecem a realidade da pobreza no Brasil, da carência de recursos de municípios e de estados, sabem que ainda temos muitas escolas sem água e luz. Temos 16 mil escolas sem água nem luz. Todos os municípios deverão ter equipes de saúde da família. A Doutora Wanda Engel vai mostrar daqui a pouco qual é o volume de equipe de saúde da família que nós estamos imaginando para atender a esses programas.

Todos os egressos do Ensino Fundamental deverão ser absorvidos no Ensino Médio. Estamos aumentando muito a proporção das pessoas que saem do Ensino Fundamental. É preciso aumentar o Ensino Médio. Os governos precisam de um apoio do Governo Federal para que possam dar conta das responsabilidades do Ensino Médio, porque os governos estaduais assumem uma boa proporção do Ensino Médio. Então, estamos aqui também, prevendo e provendo essa matéria.

Todos os quatorze estados com cobertura de saneamento básico igual à média brasileira. Difícilíssimo. Porque o saneamento básico é uma situação de carência absoluta em muitos estados. Nós estamos também, da mesma maneira, através da Funasa, prevendo recursos para que nós possamos alcançar um avanço grande de saneamento básico nessa região.

Todas as formas penosas de trabalho infantil devem ser erradicadas. Nós temos, mais ou menos, 800 mil casos no Brasil inteiro. Nes-

sa regiões 627 mil crianças. Nós já tiramos do trabalho penoso um bom número, cerca de 300 mil, 400 mil crianças. Nós temos que tirar todas, erradicar completamente as formas penosas de trabalho, e até me envergonho de dizer isso. Devemos tirar todas as crianças do trabalho. Todas. Não só do trabalho penoso. A Constituição diz isso. Mas não adianta propor fazer o que não tem condições de se fazer. Agora, todas as formas penosas de trabalho infantil têm que ser erradicadas.

Vamos multiplicar por dez o volume de recursos, os programas de renda mínima associados à educação. Eu lhes disse que nós temos, já, no Brasil, 1 milhão e 800 mil bolsas-escola. A Dra. Wanda vai mostrar qual é o volume necessário para multiplicar por dez o Bolsa escola.

A renda mínima se justifica, sobretudo na questão dos mais idosos e na dos portadores de deficiência física. Porque são pessoas que já trabalharam, já tiveram a sua dignidade de trabalho. Outras foram impossibilitadas por fatores alheios à sua vontade. A distribuição de renda sem que haja uma contrapartida de melhoria da qualidade de vida da pessoa para que ela seja independente não se justifica. Nós não queremos assistencialismo. Não adianta estar dando dinheiro, simplesmente por dar dinheiro.

A família precisa do recurso para que a criança vá para a escola. Essa família vai ser beneficiada mas ela, se num primeiro momento é beneficiada por esse recurso por escasso que seja, por pequeno que seja, num momento seguinte ela vai ser beneficiada pelo fato de que seu filho, sua filha estarão tendo condições de entrar no mercado de trabalho e serão, portanto, eles os que vão sustentar ou melhorar a condição de vida da família.

Essas são, portanto, em maneira muito simples, as idéias que eu vou pedir que a Dra. Wanda especifique melhor.

Quero lhes dizer que esse programa vai ser gerido com eficiência, da mesma maneira que fizemos com o Avança Brasil e com o Brasil em Ação. Nós já temos, hoje, uma experiência grande de gerenciamento de programas sociais e de programas físicos. O Doutor José Paulo Silveira e o Ministério do Planejamento vão estar encarregados

dos disso. O Banco do Nordeste tem um longa experiência de trabalhar conosco, tem os agentes de desenvolvimento. Faremos a mesma coisa na Região Amazônica e em cada um desses municípios haverá um correspondente nosso para acompanhar esses programas. A Presidência da República vai se envolver diretamente. Vou me envolver pessoalmente nisso. O gabinete da Presidência estará acompanhando – do ponto de vista da viabilidade, da execução e da importância desse programa – diretamente a sua execução.

Pedi ao Ministro Waldeck Ornelas que compreendesse que a Doutora Wanda Engel podia, nessa matéria, ficar à nossa disposição e ele imediatamente aceceu, para que ela seja coordenadora do conjunto desses programas.

Tenho o apoio técnico no Ministério do Planejamento, uma coordenação pela Dra. Wanda Engel ligada ao meu gabinete. Os ministros da Presidência e os assessores da Presidência estarão, permanentemente, trabalhando para que esse programa tenha êxito. Dito isso, pediria à Doutora Wanda Engel que detalhasse o programa.

[Segue-se intervenção da Doutora Wanda Engel]

Presidente: Agradeço, Doutora Wanda Engel. As idéias gerais estão expostas, os programas estão definidos. Nós podemos passar, agora, a uma fase de reunião de trabalho.

Agora, queria reiterar as palavras finais da Dra. Wanda Engel e o sentimento de todos nós, brasileiros. A questão da pobreza, em certos momentos, é uma questão maior do que as possibilidades que se tem de enfrentá-las. E, aí, é desesperador. Noutros momentos, quando começa a ser possível enfrentá-la, ela passa a ser uma questão ética, é um dever. Isso não quer que nós possamos fazer tudo que é necessário de um momento para outro. Isso não quer dizer que nós possamos deixar de ver as restrições orçamentárias, a responsabilidade fiscal, os nossos compromissos de toda ordem e para a manutenção da moeda que são condições fundamentais do desenvolvimento. Mas termino essa parte da nossa reunião de trabalho voltan-

do à idéia que expus no início: já dá para enfrentar com mais vigor e, portanto, é uma questão moral. E é uma questão da não aceitação mais do grau de exclusão social que existe no Brasil. O Brasil cansou disso. Nós todos cansamos. Então é isso, sem demagogias, repito, sem demagogias.

Acho até, se permitem, que, se nós conseguimos a estabilização da moeda – e nós conseguimos – nós conseguimos atravessar uma turbulência imensa – e nós conseguimos – e o nosso desafio nós vamos conseguir, também. A área social dos nossos governos é que tem que deixar uma marca maior no Brasil, a despeito do que se diga, podem dizer o que quiserem, quando os dados começam a aparecer, como estão aparecendo, vê-se qual é o compromisso moral. Vê-se que é o sentimento, realmente, de solidariedade efetiva e não demagógica. Esses programas são apenas a expressão dessa solidariedade e acho que é solidariedade que nos une a todos nós. É um Brasil unido por mais justiça e contra a exclusão.

Peço então que se encerre esta parte da reunião. A imprensa pode se retirar para que nós continuemos agora, aqui, discutindo os detalhes.